

# SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS E TEORIAS SOBRE A JURISDIÇÃO .....	1
1.1 Delimitação do tema e considerações iniciais sobre a atividade jurisdicional .....	1
1.2 Teorias clássicas da jurisdição .....	13
1.3 Estado liberal e supremacia da legislação .....	18
2. A COMPREENSÃO HODIERNA DO DIREITO E O CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO COMO PREMISSAS DA NOVA CONCEPÇÃO DE JURISDIÇÃO .....	23
2.1 O conceito atual de direito e o pós-positivismo (crítico) .....	23
2.2 O constitucionalismo contemporâneo e suas transformações .....	30
2.3 O sentido do termo constitucionalização do direito e seus reflexos ..	36
2.4 Aspectos jurídicos do neoconstitucionalismo e neoprocessualismo ..	40
2.4.1 A força normativa da Constituição .....	43
2.4.2 A nova interpretação constitucional concretizadora .....	46
2.4.3 A jurisdição constitucional .....	57
2.5 A normatividade dos princípios. Evolução histórica. <i>Status</i> constitucional. Eficácia. Distinção das regras quanto à aplicação. Relação com a hermenêutica .....	60
2.6 A construção da norma jurídica diante do caso concreto e a partir das necessidades de direito material .....	74
3. A JURISDIÇÃO CONTEMPORÂNEA E O PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO. COMPATIBILIZAÇÃO INDISPENSÁVEL .....	79
3.1 A necessidade de fundamentação, por argumentação, para legitimar essa nova concepção de jurisdição .....	79
3.2 Embate natural entre a nova concepção de jurisdição e o princípio democrático .....	87
3.3 Constitucionalização e a judicialização da política/politização do Poder Judiciário .....	99
3.4 Liminares de cunho político. Perigos e necessidades .....	107
4. VISÃO CONTEMPORÂNEA DO PROCESSO NUMA ÓTICA CONSTITUCIONAL .....	117
4.1 O modelo constitucional de processo e o direito fundamental à tutela efetiva .....	117
4.2 Técnicas processuais e tutela de direitos .....	122

4.3 Compreensão hodierna do Direito constitucional processual e Direito processual constitucional .....	128
4.4 Princípios constitucionais que tratam do processo e que lhe imprimem uma visão uniforme e constitucional de todos os seus ramos .....	131
4.4.1 Devido processo legal .....	135
4.4.2 Juiz natural .....	141
4.4.3 Acesso à justiça .....	145
4.4.4 Proibição da prova ilícita e proporcionalidade (razoabilidade) .....	150
4.4.5 Publicidade .....	156
4.4.6 Motivação das decisões judiciais .....	157
4.4.7 Imperativo dever de controle da constitucionalidade das leis .....	161
4.4.8 Duração razoável do processo .....	164
4.4.9 O dogma do duplo grau de jurisdição: Garantia ou princípio? Constitucional? Expresso ou implícito? .....	167
4.5 As peculiaridades de cada ramo e sua relação com as garantias constitucionais processuais .....	175
4.6 A transformação do direito de ação e de defesa (duas faces de uma mesma moeda) .....	182
4.7 As reformas processuais na tentativa de dar efetividade à jurisdição .....	187
4.8 Súmula vinculante e o livre exercício da atividade jurisdicional ..	191
4.9 Meios alternativos à jurisdição com objetivo de pacificação social e complementação dessa nova atividade de tutela efetiva dos direitos .....	198
4.9.1 Técnicas de conciliação e mediação que podem ser utilizadas pelos juízes nessa visão do processo constitucional .....	205
4.9.2 Limites naturais a essa atividade de composição .....	215
4.9.3 Mediação nos conflitos familiares: uma solução de sucesso! .....	217
4.10 A crise do ensino do Direito e seus reflexos na atividade processual .....	225
4.11 Um novo método para compreensão de todos os ramos do Direito Processual .....	231
CONCLUSÕES .....	239
REFERÊNCIAS .....	249